

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2020

Senhores Acionistas: A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresariais, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017, e desta forma, seu capital social integralizado passou a ser de R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelo Fundo FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.212	11.480
Tributos e contribuições a compensar	6	3.467	2.418
Dividendos a receber	7 (c)	15.759	—
		33.438	13.898
Não circulante			
Investimentos	7 (b)	1.197.769	1.059.159
		1.197.769	1.059.159
Total do ativo		1.231.207	1.073.057

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		—	149
Debêntures	8	33.174	7.807
Tributos e encargos sociais a recolher	9	1.899	2.059
		35.073	10.015
Não circulante			
Debêntures	8	69.168	138.790
		69.168	138.790
Patrimônio líquido			
Capital social	10 (a)	695.801	695.801
Reservas de lucros	10 (d)	433.442	228.451
Outros resultados abrangentes	7 (c)	(2.277)	—
		1.126.966	924.252
Total do passivo e patrimônio líquido		1.231.207	1.073.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		695.801	5.736	Retenção de lucros 92.352	Reserva especial 33.401		827.290
Em 31 de dezembro de 2018							
Ajuste de combinação de negócios de aquisição de participação na investida	7 (c)	—	—	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)	—	—	—	—	96.332	96.332
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	10 (b/c)	—	4.816	—	(4.816)	—	—
Constituição de reserva especial	10 (c)	—	—	—	41.179	(41.179)	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	10 (c)	—	—	50.337	(50.337)	—	—
Em 31 de dezembro de 2019		695.801	10.552	142.689	75.210	—	924.252
Ajuste CPC 47 efeito da investida	7(c)	—	—	—	—	—	9.461
Outros resultados abrangentes na investida	7(c)	—	—	—	—	(2.277)	(2.277)
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)	—	—	—	—	300.545	300.545
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	10 (b/c)	—	15.027	—	(15.027)	—	—
Constituição de reserva especial	10 (c)	—	—	—	93.958	(93.958)	—
Constituição da reserva de retenção de lucros	10 (c)	—	—	86.545	—	(86.545)	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	—	(21.700)	(21.700)
Dividendos intercalares	—	—	—	—	—	(83.315)	(83.315)
Em 31 de dezembro de 2020		695.801	25.579	229.234	178.629	(2.277)	1.126.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresariais, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 2 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou a ser Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões representado por 695.700.000 ações ordinárias, sendo R\$695,0 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101 mil, passando o capital de R\$695,7 milhões para R\$695,8 milhões. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e a 18,8% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou a vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto da Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Em 17 de fevereiro de 2020, a ISA Investimentos adquiriu as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA por meio de aquisição de ações de emissão da ISA Capital do Brasil S.A., no valor total de R\$50,00 (cinquenta reais).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia possui como outros resultados abrangentes, provenientes por efeito de equivalência na investida, instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa registrados na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido da TAESA em 31.12.2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 26 de março de 2021, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração. **2.2. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCP 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes devam ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **2.4.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. O teste de redução ao valor recuperável do mais-valia é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que se refere basicamente ao montante de mais-valia, devidamente divulgado na nota 7. **2.4.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Quando aplicável, a Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem ações com prognóstico de perda provável e possível. **2.5. Controle em conjunto:** A Companhia possui controle em conjunto com a CEMIG da investida TAESA, sem o poder de controle individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a participação na investida TAESA é de 14,8792%.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A Companhia enquadra-se no regime de Lucro Real Trimestral. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. (a) **Ativos financeiros:** (i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às ações financeiras em títulos de renda fixa CDB - Certificados de Depósito Bancário (nota 5). *Custo amortizado:* Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto.

celebrado entre as partes, naquela data. Em 9 de fevereiro de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017, ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA, equivalente a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Entidade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou a vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

2. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco BBI atuou como o coordenador líder da operação. As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio da MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado na época pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), e atualmente denominada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com estorços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob regime de garantia firme de subscrição, e em 9 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A.. Em 2020 a Companhia desembolsou,

entre amortização do principal e juros, a importância de R\$50,5 milhões encerrando o exercício social com saldo a pagar, entre principal e juros, na ordem de R\$102 milhões.

3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2020, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$336,7 milhões, e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$164,6 milhões.

4. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Os recursos recebidos da investida TAESA em 2020 permitiu à Companhia, além de honrar seu compromisso financeiro, remunerar seus acionistas com a antecipação de distribuição de proventos referente ao exercício de 2020 no montante de R\$105 milhões, sendo R\$83,3 milhões na forma de dividendos e R\$21,7 milhões correspondentes a juros sobre capital próprio.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	A Administração		
	Nota	2020	2019
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)			
Resultado de equivalência patrimonial	7 (c)	336.705	149.068
Despesas gerais e administrativas	11	(611)	(2.088)
Amortização da mais-valia da concessão	7 (c)	(24.928)	(24.928)
		(25.539)	(27.016)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		311.166	122.052
Despesas financeiras	12	(9.531)	(19.596)
Receitas financeiras	12	493	630
Resultado financeiro		(9.038)	(18.966)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		302.128	103.086
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	13	(1.583)	(6.754)
Lucro líquido do exercício		300.545	96.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		300.545	96.332
Outros resultados abrangentes	7(c)	2.277	—
Total do resultado abrangente do exercício		302.822	96.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	300.545	96.332
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Amortização da mais-valia (nota 7)	24.928	24.928
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	(336.705)	(149.068)
Juros, amortização do custo de emissão de debêntures e variações monetárias sobre ativos e passivos (nota 8 e 12)	6.251	15.768
	(4.981)	(12.040)

	2020	2019
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(149)	147
Tributos e encargos sociais a recolher	(160)	(978)
	(309)	(831)

	2020	2019
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	(6.339)	(9.162)
Atividades de Investimento		
Dividendos recebidos (nota 7)	129.972	56.127
Juros sobre capital próprio recebidos (nota 7)	34.620	40.788
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	164.592	96.915
Atividades de financiamento		
Amortização de debêntures (principal) (nota 8)	(46.375)	(83.125)
Pagamentos de juros sobre debêntures (nota 8)	(4.131)	(15.717)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 10)	(105.015)	—
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(155.521)	(98.842)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	2.732	(11.089)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	11.480	22.569
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	14.212	11.480
Variação em caixa e equivalentes de caixa	2.732	(11.089)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2020	2019
Ações possuídas - (quantidades)		
Patrimônio líquido (base equivalência patrimonial) (ii)	153.775.790	153.775.790
Patrimônio líquido (base equivalência patrimonial) (ii)	6.025.904	4.926.795(*)
Percentual de participação sobre capital social	14,8792%	14,8792%
Participação no patrimônio líquido	896.605	733.068
Mais-Valia (I)	390.492	390.492
(-) Amortização - Mais-Valia	(64.401)	—
	(89.329)	—
Total do investimento	1.197.769	1.059.159

(i) Valor decorrente da diferença entre o preço da aquisição, e o valor patrimonial da adquirida conforme balanço patrimonial na data-base de 30 de junho de 2017. A Mais-Valia foi considerada como sendo de vida útil definida, tendo em vista que o pagamento da mesma é atribuído aos direitos vinculados aos contratos de concessão delatado por aquela investida. (ii) (*) Refere-se ao montante do patrimônio líquido da investida TAESA relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitido em 12/03/2020, excluindo-se os efeitos da reapresentação divulgados na demonstração financeira do exercício de 31 de dezembro de 2020, emitida em 03/03/2021. Para atender à Interpretação Técnica [CPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais - Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que remete ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, uma empresa de consultoria externa foi contratada para a emissão de La

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		
	2019	2019
Impostos retidos da fonte	1.148	135
Contribuição social	—	1.067
COFINS	617	704
PIS	134	153
	<u>1.899</u>	<u>2.059</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** A composição do capital social subscrito e integralizado em 2020 e 2019 é de R\$695.801, e está representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme a seguir:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	695.000.000	99,89938%
ISA Capital do Brasil S.A.	700.000	0,10062%
Total	695.700.000	100%

(b) **Destinação dos lucros:** Nos termos do artigo nº 35 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe destinar o lucro líquido do exercício conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	300.545	96.332
Constituição da reserva legal	(15.027)	(4.816)
Base para distribuição de proventos	285.518	91.516
Juros Sobre Capital Próprio distribuídos	(21.700)	—
Dividendos distribuídos	(83.315)	—
Total de proventos distribuídos	(105.015)	—
Saldo do lucro remanescente	180.503	91.516
Constituição da reserva especial	(93.958)	(41.179)
Constituição da reserva de retenção de lucros (*)	(86.545)	(50.337)
	<u>—</u>	<u>—</u>

(*) Decorre de previsão existente na escritura das debêntures e ao amparo do inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. (c) **Proventos pagos:** O Conselho de Administração deliberou, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos intercalares aos acionistas, como segue:

Pagamento	Valor bruto	Provento	Compe-tência	Delibe-ração
09.10.2020	6.700	Juros sobre Capital Próprio	2020	28.09.2020
09.10.2020	19.915	Dividendos intercalares	2020	28.09.2020
18.12.2020	15.000	Juros sobre Capital Próprio	2020	11.12.2020
18.12.2020	63.400	Dividendos intercalares	2020	11.12.2020
	<u>105.015</u>			

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

(d) Reservas de lucros:	2020	2019
Reserva legal (i)	25.579	10.552
Reserva de retenção de lucros (ii)	229.234	142.689
Reserva especial (iii)	178.629	75.210
	<u>433.442</u>	<u>228.451</u>

(i) Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. (ii) Constituída com base na alocação do saldo do lucro líquido do exercício remanescente. (iii) Constituída em decorrência da investida TAESA ter alocado parte do lucro líquido do exercício em reserva especial de lucros.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
	2020	2019
Serviços	(374)	(1.843)
Despesas - partes relacionadas (nota 14)	(235)	(228)
Outros	(2)	(17)
	<u>(611)</u>	<u>(2.088)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO		
	2020	2019
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	359	432
Juros SELIC IR a recuperar	134	198
	<u>493</u>	<u>630</u>

	2020	2019
Despesas		
Encargos sobre as debêntures	(6.251)	(15.768)
Imposto sobre operações financeiras	(52)	(24)
PIS e COFINS sobre receita financeira e JSCP	(3.226)	(3.803)
Outros	(2)	(1)
	<u>(9.531)</u>	<u>(19.596)</u>
	<u>(9.038)</u>	<u>(18.966)</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	302.128	103.086
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(102.724)	(35.049)
Juros Sobre Capital Próprio recebidos da investida	(11.771)	(13.868)
Amortização da Mais-Valia	(8.476)	(8.476)
Equivalência patrimonial	114.480	50.683
Juros Sobre Capital Próprio - pagos	7.378	—
Outros	(470)	(44)
	<u>(1.583)</u>	<u>(6.754)</u>
	<u>0,52%</u>	<u>6,55%</u>

A Companhia adota o regime de lucro real trimestral, porém, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente. (a) **Conciliação da alíquota efetiva:** A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	302.128	103.086
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(102.724)	(35.049)
Juros Sobre Capital Próprio recebidos da investida	(11.771)	(13.868)
Amortização da Mais-Valia	(8.476)	(8.476)
Equivalência patrimonial	114.480	50.683
Juros Sobre Capital Próprio - pagos	7.378	—
Outros	(470)	(44)
	<u>(1.583)</u>	<u>(6.754)</u>
	<u>0,52%</u>	<u>6,55%</u>

(*) Decorre de previsão existente na escritura das debêntures e ao amparo do inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. (c) **Proventos pagos:** O Conselho de Administração deliberou, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos intercalares aos acionistas, como segue:

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

(*) Decorre de previsão existente na escritura das debêntures e ao amparo do inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. (c) **Proventos pagos:** O Conselho de Administração deliberou, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de proventos intercalares aos acionistas, como segue:

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

O pagamento de proventos declarados e pagos pela Companhia em 2020, na modalidade de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, conforme demonstrado, decorre de permissão do Debenturista deliberada em Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD) realizadas em 21/09/2020 e 08/12/2020.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. (b) **Financiamentos:** • **Índice de endividamento:** O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	2020	2019
Debêntures		
Circulante	33.174	7.807
Não circulante	69.168	138.790
Dívida total	102.342	146.597
Caixa e equivalentes de caixa	14.212	11.480
Dívida líquida	88.130	135.117
Patrimônio líquido	1.126.966	924.252
Índice de endividamento líquido	7,8%	14,6%

A ISA Investimentos possui *covenants* não financeiros em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua investida em conjunto, TAESA. Em 31 de dezembro de 2020, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants não financeiros"). O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado. (c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados: (i) **Risco de taxas de juros** - A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread. (ii) **Risco de liquidez** - O fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos proventos recebidos da investida TAESA. (iii) **Risco de captação** - Para minimizar o risco de captação de recursos, em uma eventual redução dos proventos recebidos da investida, a Companhia monitora permanentemente suas obrigações, antecipando a amortização da dívida junto aos debenturistas quando oportuno.

16. TRANSAÇÃO QUE NÃO ENVOLVE CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	2019	Fluxo de caixa	Alterações não Caixa		
			Adição ou transferência	Juros	Destinação
Debêntures	146.597	(50.506)	—	6.251	—
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	(105.015)	—	—	105.015
Total	146.597	(155.521)	—	6.251	105.015
					102.342

17. SEGUROS

Em 2020, a modalidade de cobertura de seguros contratada, considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais sinistros foi a de responsabilidade civil dos administradores "D&O" (*Directors and Officers Liability*), com vigência de 27/02/2020 até 27/02/2021, importância segurada no montante de R\$60.000. As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA

Fernando Augusto Rojas Pinto
Diretor-Presidente

Alex Enrique Olano Nieto
Diretor

Bernardo Vargas Gibsone
Presidente